

Reunião de 26 de junho de 2018

----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor vice-presidente da Câmara, Evaristo António Neves, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Joana Filipa Vicente da Silva, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira, e, comigo, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor vice-presidente, Evaristo António Neves, foi deliberado justificar a falta de comparência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, por se encontrar a representar o município na apresentação do projeto referente à criação dos "Lagos do Sabor em Trás-os-Montes", à comunicação social e, em cerimónia pública, a decorrer no Padrão dos Descobrimentos, na cidade de Lisboa, a levar a efeito pelos quatro municípios que constituem a Associação de Municípios do Baixo Sabor, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Torre de Moncorvo e, proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de três milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e dois cêntimos (€3.636.588,92). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **APROVAÇÃO DA CANDIDATURA DO PROJETO DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DO "CICLO URBANO DA ÁGUA":** - O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, informou o Executivo que foi recebida, na semana passada, a boa notícia da aprovação da candidatura do projeto de execução, no âmbito do "Ciclo Urbano da Água", que visa realizar as obras de unificação dos sistemas de tratamento de águas residuais na vila de Mogadouro e na freguesia de Urrós, considerando ser um motivo de orgulho porque, disse, ser o maior financiamento conseguido na Câmara de Mogadouro na área do ambiente. -----

Reunião de 26 de junho de 2018

----- Mais disse que, o projeto de execução para a obra da freguesia de Urrós, orça em, quatrocentos e quinze mil e seiscentos euros (€415.600,00), sendo o financiamento de, trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e sessenta euros (€353.260,00) e para a vila de Mogadouro, o valor da obra é de, dois milhões, duzentos e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove euros (€2.205.429,00) e o financiamento de, um milhão, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quinze euros (€1.874.615,00), sendo o total da candidatura de, dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e cinco euros (€2.227.875,00). -----

----- **INTERVENÇÃO DO VEREADOR MANUEL CORDEIRO:** - O senhor vereador, Manuel Cordeiro, interveio para felicitar a Câmara pelo evento de apresentação pública dos quatro lagos do rio Sabor, achando a notícia com muito interesse para o concelho. -----

----- **REGULARIZAÇÃO DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS:** - Na sequência do pedido apresentado, por escrito, na reunião extraordinária de vinte e oito de maio, o senhor vereador, Manuel Cordeiro, apresentou o documento, por escrito, que passo a transcrever: -----

----- "Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, na reunião extraordinária de 28 de Maio, sobre a sua proposta dos precários da Câmara, coloquei-lhe 5 perguntas, das quais recorde duas: -----

1 – Cada precário tem um rosto, tem um nome por isso, em nome da Coligação, peço que nos seja facultada uma lista nominal de todos os precários, onde seja descrita a divisão orgânica onde exercem a sua atividade e a que carreira profissional vão ficar afetos. -----

2 – Há quanto tempo cada um destes funcionários está em precariedade? --- Na Ata que hoje nos é apresentada referente à Reunião Ordinária de 12 de Junho, e em resposta à pergunta feita pelo Vereador da Coligação TODOS POR MOGADOURO, Daniel Ribeiro, sobre a lista dos precários com o respetivo nome, o Senhor Presidente disse que não facultava a lista tendo em conta a lei da Proteção de Dados. -----

----- Nós não estamos a pedir dados sobre a idade, n.º contribuinte, sobre o estado de saúde, opiniões políticas ou religiosas, etc. Se vir o art.º 17.º do Código do Procedimento Administrativo lá é dito que a administração pública é aberta e que qualquer cidadão tem o direito a ser informado, mesmo de assuntos que não lhe digam diretamente respeito. -----

----- Em nome da Coligação TODOS POR MOGADOURO quero que fique bem claro que o Excelentíssimo Senhor Presidente ao não responder às

Reunião de 26 de junho de 2018

questões que fizemos, não cumpriu o dever de informar a oposição de assuntos de enorme interesse para o Município e para os seus funcionários, como é o caso dos precários. -----

----- Sobre o tema coloco mais duas questões: pode o Senhor Presidente dizer concretamente onde está descrito que não pode fornecer esses nomes? A lista dos nomes virá um dia a público ou pensa nunca a tornar pública? -----

----- Espero que esteja ciente de que ao não a tornar pública está a inviabilizar a possibilidade prevista na lei de quem não está na lista, poder recorrer. Mas certamente que o Sr. Presidente está bem assessorado nas questões legais." -----

----- No seguimento deste assunto, interveio ainda o senhor vereador, Daniel Ribeiro, para solicitar que lhe fosse facultado o contrato em tempo útil celebrado com a técnica superior, Aldina Amaral, que elaborou a proposta sobre a regularização dos precários na Câmara de Mogadouro e os seus termos, baseado na lei que levou à celebração da contratação de tal serviço.

----- **RECENTE VISITA A GROSLAY:** - Interveio novamente o senhor vereador, Manuel Cordeiro, e leu o seguinte documento: -----

----- "Na Ata que hoje estamos a apreciar para votar, o Exmo. Senhor Presidente informa-nos sobre a visita a Grosly. -----

----- Considero importante que o município se dê a conhecer e estabeleça relações de amizade com municípios de outros países. Em Grosly há uma comunidade de mogadourenses que muito se orgulhará da visita dos seus conterrâneos. -----

----- Acompanhei o desenrolar da visita pelas redes sociais. -----

----- Considero que, tratando-se de visitas oficiais de elementos do executivo camarário, o Exmo. Senhor Presidente deve dar a conhecer aos vereadores da oposição informações detalhadas sobre a mesma nomeadamente: -----

1 – As pessoas que constituíram a comitiva e em que qualidade foram. -----

2 – Se são funcionários da Câmara como foram justificadas as suas faltas. ---

3 – Um relatório resumido do que foi tratado e quais os resultados que pensam obter. -----

----- A resposta a estas questões é tanto mais importante quanto importante o Sr. Presidente considerou esta deslocação, dada a numerosa comitiva que o acompanhou. -----

----- Com este procedimento o Exmo. Senhor Presidente contribuiria muito para aumentar a transparência do funcionamento do Município." -----

Reunião de 26 de junho de 2018

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, respondeu que os eleitos que representaram o Município foram os seguintes: o senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, ele e a senhora vereadora, Virgínia Vieira, acompanhados dos respetivos cônjuges, sendo estes (cônjuges) a suportar as despesas do seu bolso, a viagem e a estadia e, a alimentação, foi por conta da Associação Mogadouro no Coração. – Que o único funcionário da Autarquia que os acompanhou foi o senhor, Carlos Alberto Bártolo Garnacho, a convite da dona Olímpia Garnacho, presidente daquela associação e sua irmã e justificou as faltas ao serviço com dois dias de férias. -----

----- Mais informou que o objetivo da visita a Groslay decorreu, no âmbito do “Pacto de Amizade” que existe entre esta Câmara Municipal e a Associação Mogadouro no Coração, pacto este que irá ser convertido numa futura geminação, estando já a decorrer reuniões de ambas as partes que levarão ao seu desfecho, tendo em conta as inúmeras semelhanças existentes entre as duas localidades, quer ao nível da densidade populacional, vila com alguma ruralidade, o número de habitantes portugueses ali residentes e ainda, o facto de, as escolas locais terem implementado o ensino da língua portuguesa, acrescentou a senhora vereadora do pelouro da Cultura e Turismo, Virgínia Vieira. -----

ORDEM DO DIA

- 1 **ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 12/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE JUNHO DE 2018.** -----
- 2 **GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:** -----
 - 2.1 **INFORMAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2005 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
 - 2.2 **PROJETO DE EXECUÇÃO DO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E RAÇAS AUTÓTONES – EPVARA EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 3 **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DESPACHO AUTORIZADOR DE CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DO BAR E ESPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO PARA O ANO DE 2018 – PARA RATIFICAÇÃO.** -----
- 4 **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL PEDIDO DE MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA PARA APOIO NA PARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----



Reunião de 26 de junho de 2018

- 5 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE LUCINDA DE JESUS PEREIRA PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 6 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE CLÁUDIA SOFIA VICENTE TAVARES LÍBANO PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 7 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE ABEL MARIA PRETO PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 8 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE MOISÉS DOMINGOS CORDEIRO PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 9 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE MARINA AUGUSTA PONTES PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 10 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE ANTÓNIO DE JESUS MIGUEL PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 11 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE MARIA ROSA PIRES PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 12 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOGADOURO PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS DE BEMPOSTA NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 2018 PARA AS CRIANÇAS DO CATL E SEUS ACOMPANHANTES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 13 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – DESPACHO AUTORIZADOR PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS PELAS CRIANÇAS DO CATL E MONITORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA NO PERÍODO

Reunião de 26 de junho de 2018

DE VERÃO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----

- 14 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS PARA A CRECHE JOÃO LOPES DA SILVA NO PERÍODO DE VERÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 15 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS PARA OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR NO PERÍODO DE VERÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 16 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – INFORMAÇÃO SOBRE A REDE DE TRANSPORTES ECOLARES PARA O ANO 2018/2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 17 UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO PARA CRIAÇÃO DE UMA ROTUNDA (EN221) – AVENIDA DE ESPANHA – MOGADOURO. -----**
LOCAL: ENTRONCAMENTO DA EN221 (EM) COM A EN221 (JURISDIÇÃO DA IP) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 18 UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA COMISSÃO FABRIQUEIRA DA IGREJA DE VALVERDE PARA APOIO NA RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO EM SANTO ANDRÉ – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 19 DIVISÃO DOS SERVIÇOS INTEGRADOS DA PRESIDÊNCIA – DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR E ESPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----**
- 20 DIVISÃO DOS SERVIÇOS INTEGRADOS DA PRESIDÊNCIA – EMPREITADA DA ESCOLA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DE MOGADOURO – DESPACHO DE APROVAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA DE RECEÇÃO DEFINITIVA DA OBRA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----**
- 21 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS EQUIPAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE A RECLAMAÇÃO DO CONSUMIDOR N.º 4244 – ARMANDO AUGUSTO LOGARINHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**

**Reunião de 26 de junho de 2018**

- 22 **PEDIDO DE ANA MARGARIDA LOPES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 23 **PEDIDO DE FERNANDES & CARDOSO, SOCIEDADE AGROPECUÁRIA, LDA. PARA CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 24 **PEDIDO DE LUÍS PEDRO PEREIRA LOPES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 25 **PEDIDO DE ELISÂNGELA FERREIRA GONÇALVES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 26 **PEDIDO DE COLABORAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PERDIGUEIRO PORTUGUÊS-APP – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**

----- 1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 12/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE JUNHO DE 2018: - Foi presente a ata número doze da reunião ordinária do dia doze de junho de dois mil e dezoito, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do Executivo. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO

----- 2.1 INFORMAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2005 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Na sequência da deliberação tomada na reunião ordinária do dia vinte e quatro de abril do corrente ano sobre o pedido de, Fernanda Maria Lousas Fernandes, em que solicitou a alteração ao alvará de loteamento da Martineta, registado com o número sete barra dois mil e cinco, em Mogadouro, concretamente, o lote número um, foi presente a informação número mil trezentos e setenta e quatro, datada de trinta de maio último, da assistente técnica administrativa, Ilda Maria Gonçalves Neves, da Unidade de Ordenamento do Território e Urbanismo, na qual informou que terminou o período para pronúncia não registando os serviços nenhuma reclamação, observação ou sugestão sobre o assunto. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de alteração ao alvará de loteamento supraidentificado. -----

----- Impedimentos: - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no

Reunião de 26 de junho de 2018

versado no n.º 6 do artigo 55.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro). -----

----- **2.2 PROJETO DE EXECUÇÃO DO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E RAÇAS AUTÓTONES – EPVARA EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente a informação número quinhentos e quarenta, de trinta de agosto de dois mil e dezassete, da arquiteta, Alexandra Machado, da Unidade de Ordenamento do Território e Urbanismo, sobre o assunto em título que refere o seguinte: -----

----- “O presente processo diz respeito ao PROJ. EXECUÇÃO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E RAÇAS AUTÓCTONES – EPVARA em Mogadouro. -----

----- O projeto de execução inclui os elementos mencionados no n.º 2 do art.º 7.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho. -----

----- Analisado o volume referente à arquitetura verifica-se que o desenvolvimento do projeto de reabilitação na fase de projeto de execução não envolveu nenhuma alteração significativa relativamente às fases de projeto anteriores, constituindo o prosseguimento e consolidação das soluções definidas nas mesmas, inerentes à evolução para a fase de projeto de execução. -----

----- Assim no que se refere a esta componente – arquitetura – sou de parecer que o projeto de execução poderá ser aprovado. -----

----- Quanto às restantes especialidades V. Exa. decidirá sobre a sua análise, por parte dos serviços técnicos do município.” -----

----- Analisada a presente informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução referente ao “Espaço de Valorização das Associações e Raça Autóctones – EPVARA em Mogadouro”. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro). -----



Reunião de 26 de junho de 2018

----- 3. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DESPACHO AUTORIZADOR DE CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DO BAR E ESPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO PARA O ANO DE 2018 – PARA RATIFICAÇÃO:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os despachos proferidos pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, datados de, catorze e quinze de junho corrente, adiante transcritos, sob a informação do chefe de Divisão Administrativa e Financeira, António Moreira, registada com o número “2018,EXP,I,GE,382”, que remeteu a minuta do contrato referente ao assunto em epígrafe: -----

----- “Aprovo a minuta do contrato “Concessão de Exploração de Bar e Esplanada das Piscinas Descobertas do Complexo Desportivo de Mogadouro para o ano de 2018. À DSIP para efeitos.” -----

----- “Ao Executivo para ratificação.” -----

----- 4. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Maria da Conceição Costa, datado de vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, com morada na rua do Soutinho, número vinte e dois, na localidade de Zava deste concelho, registado com o número três mil seiscentos e cinquenta e um barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e setenta e um, de cinco de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: -

----- “Após análise da situação socioeconómica da sra. Maria da Conceição Costa, verificou-se que o seu pedido cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em

Reunião de 26 de junho de 2018

medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em seis de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- 5. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE LUCINDA DE JESUS PEREIRA PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Lucinda de Jesus Pereira, datado de catorze de maio de dois mil e dezoito, com morada na rua da Estrada, número treze, na localidade de Quintas das Quebradas, freguesia de Castelo Branco deste concelho, registado com o número quatro mil trezentos e noventa e oito barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e setenta e um, de cinco de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: -

----- “Após análise da situação socioeconómica da sra. Lucinda de Jesus Pereira, verificou-se que o seu pedido cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a

Reunião de 26 de junho de 2018

média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em seis de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- 6. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE CLÁUDIA SOFIA VICENTE TAVARES LÍBANO PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Cláudia Sofia Vicente Tavares Líbano, datado de vinte e um de maio de dois mil e dezoito, com morada junto à estrada municipal, número trinta e cinco, na localidade de Estevais, freguesia de Castelo Branco deste concelho, registado com o número quatro mil seiscentos e sessenta e dois barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e setenta e nove, de doze de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico:

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da sra. Cláudia Sofia Vicente Tavares Líbano cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao

Reunião de 26 de junho de 2018

estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em doze de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- 7. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE ABEL MARIA PRETO PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um requerimento de, Abel Maria Preto, datado de cinco de junho de dois mil e dezoito, com morada na rua cinco de outubro, número cinquenta e nove, na vila de Mogadouro, registado com o número cinco mil duzentos e vinte e quatro barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. --

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e setenta e nove, de doze de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico:

----- “Após análise da situação socioeconómica do sr. Abel Maria Preto, verificou-se que o seu pedido cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos,

**Reunião de 26 de junho de 2018**

uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b), e d) do mesmo, pois o requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento poderá ser concedido ao requerente um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em vinte de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio do requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- 8. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE MOISÉS DOMINGOS CORDEIRO PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Moisés Domingos Cordeiro, datado de cinco de junho de dois mil e dezoito, com morada na rua cinco de outubro, número cinquenta e nove, na vila de Mogadouro, registado com o número cinco mil duzentos e vinte e um barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e oitenta e oito, de dezanove de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

Reunião de 26 de junho de 2018

----- “Após análise da situação socioeconómica do sr. Moisés Domingos Cordeiro, verificou-se que o seu pedido cumpre todos os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que o requerente tem mais de sessenta e cinco anos de idade, é pensionista e carenciado com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento poderá ser concedido ao requerente um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em vinte de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio do requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- 9. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE MARINA AUGUSTA PONTES PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Marina Augusta Pontes, datado de cinco de junho de dois mil e dezoito, com morada na rua cinco de outubro, número cinquenta e nove, na vila de Mogadouro, registado com o número cinco mil duzentos e vinte e seis barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

**Reunião de 26 de junho de 2018**

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e noventa, de dezanove de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: --

----- “Após análise da situação socioeconómica da sra. Marina Augusta Pontes, verificou-se que o seu pedido cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em vinte de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- 10. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE ANTÓNIO DE JESUS MIGUEL PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, António de Jesus Miguel, datado de cinco de junho de dois mil e dezoito, com morada na rua cinco de outubro, número cinquenta e nove, na vila de Mogadouro, registado com o número cinco mil duzentos e trinta e um barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de

Reunião de 26 de junho de 2018

medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. --

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e noventa e um, de dezanove de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica do sr. António de Jesus Miguel, verificou-se que o seu pedido cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b), e d) do mesmo, pois o requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento poderá ser concedido ao requerente um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em vinte de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio do requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- **11. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE MARIA ROSA PIRES PARA APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Maria Rosa Pires, datado de cinco de junho de dois mil e dezoito, com morada na rua cinco de outubro, número cinquenta e nove, na

**Reunião de 26 de junho de 2018**

vila de Mogadouro, registado com o número cinco mil duzentos e trinta e dois barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. --

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na sua informação número trezentos e noventa e dois, de dezanove de junho corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica da sra. Maria Rosa Pires, verificou-se que o seu pedido cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Mogadouro, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b) c) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento poderá ser concedido à requerente um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu, em vinte de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- 12. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOGADOURO PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS DE

Reunião de 26 de junho de 2018

BEMPOSTA NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 2018 PARA AS CRIANÇAS DO CATL E SEUS ACOMPANHANTES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Na sequência do ofício número setenta e dois, de oito de junho de dois mil e dezoito, apresentado pelo senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, João Henriques, registado com o número “2018,EXP,E,GE,2269”, foi presente a informação número mil seiscentos e noventa e cinco, de dezoito de junho, da técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, em que informou que solicitam a utilização das piscinas municipais descobertas de Bemposta no dia sete de setembro, no período da tarde para um grupo de quarenta e cinco a cinquenta crianças do CATL e quatro monitores, emitindo parecer favorável ao pedido, por haver disponibilidade e, dado tratar-se de uma instituição que prossegue fins e apoios sociais conceder a isenção do pagamento de tarifas municipais. -----

----- A Câmara, atendendo ao parecer técnico deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de utilização da piscina municipal de Bemposta, bem conceder àquela instituição de solidariedade social a isenção do pagamento de tarifas municipais, conforme prevê o artigo décimo sétimo do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, ficando o acompanhamento das crianças a cargo dos seus monitores. -----

----- 13. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – DESPACHO AUTORIZADOR PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS PELAS CRIANÇAS DO CATL E MONITORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA NO PERÍODO DE VERÃO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho, abaixo transcrito, proferido pela senhora vereadora, Joana da Silva, datado de treze de junho corrente, sob a informação número mil quinhentos e cinquenta e seis, da técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, respeitante ao pedido da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, em que solicitou a utilização das piscinas municipais descobertas de Mogadouro, no período de férias de verão para um grupo de cinquenta a cinquenta e cinco crianças do Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) daquela instituição e respetivos monitores, bem como a concessão da isenção de tarifas municipais, por se tratar de uma instituição de solidariedade social, de

**Reunião de 26 de junho de 2018**

acordo com o previsto no Regulamento de Aplicação e cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, em vigor na Câmara: -----

----- “Com base, na delegação e subdelegação de competências constantes do despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro de 2017, e dada a proximidade da próxima reunião de câmara (26/06/2018) com o início das atividades agendadas (27/06/2018), autorizo a ocupação das piscinas municipais descobertas e respetiva isenção do pagamento de tarifas das crianças e monitores acompanhantes. À DDES para dar conhecimento à requerente. À reunião do executivo para ratificação, nos termos do n.º 2 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- 14. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS PARA A CRECHE JOÃO LOPES DA SILVA NO PERÍODO DE VERÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Na sequência do pedido efetuado pela diretora de serviços da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, Carla Marcos, a solicitar a utilização das piscinas municipais descobertas de Mogadouro no período de verão para quinze crianças e três adultos (acompanhantes), às terças e quintas-feiras, no período da manhã durante o mês de julho, foi presente a informação número mil quinhentos e vinte e três, de sete de junho corrente, da técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na qual emitiu parecer favorável ao solicitado e ainda a isenção do pagamento de tarifas municipais, ao abrigo do disposto no artigo décimo sétimo do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, por ser uma instituição que prossegue fins e apoios sociais. -----

----- Atendendo à informação técnica suprarreferida, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido, devendo ser as crianças acompanhadas pelos monitores da instituição, bem como conceder àquela instituição a isenção do pagamento das tarifas municipais, conforme permitido em regulamento municipal aplicável. -----

----- 15. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS PARA OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR NO PERÍODO DE VERÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Na sequência do ofício número setenta e quatro, de doze de junho corrente, do senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, João

Reunião de 26 de junho de 2018

Henriques, a solicitar a cedência das instalações das piscinas municipais para vinte e seis crianças do pré-escolar e três monitores durante o mês de julho próximo, no período da manhã, foi presente a informação da técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, na qual emitiu parecer favorável ao pedido, bem como a concessão da isenção do pagamento de tarifas municipais, de acordo com o estipulado no artigo décimo sétimo do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, por ser uma instituição que prossegue fins e apoios sociais. -----

----- Atendendo à informação técnica acima descrita, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido, bem como a isenção do pagamento de tarifas municipais, conforme previsto no regulamento municipal aplicável, devendo o acompanhamento das crianças ser por conta da instituição. -----

----- 16. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – INFORMAÇÃO SOBRE A REDE DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO 2018/2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Com base na informação número mil seiscientos e sessenta e quatro, de dezoito de junho de dois mil e dezoito, da técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a realização dos onze circuitos escolares para o ano escolar dois mil e dezoito barra dois mil e dezanove, a realizar pela empresa SANTOS, de António Augusto Santos, Lda., com sede na vila de Freixo de Espada à Cinta, pelo valor total de quatrocentos e cinquenta e um mil e quatrocentos euros (€451.440,00), acrescido de IVA, sendo (180 dias letivos x €228,00 x 11 circuitos), onde já estão incluídos os dias de exames do ensino secundário. -----

----- São os seguintes os percursos em transporte público para o transporte de alunos do primeiro, segundo e terceiro ciclos: -----

- Saldanha/Castanheira/Penas Roias/Vilarica/Variz/Mogadouro; -----
- Tó/Sanhoane/Santiago/Mogadouro (Gare)/Mogadouro; -----
- Bemposta/Urrós/Urrós-Gare/Brunhosinho/Mogadouro; -----
- Peredo da Bemposta/Algosinho/Ventoselo/Vilarinho dos Galegos/Vila dos Sinos/Vila de Ala/Mogadouro; -----
- Valcerto/São Martinho do Peso/Macedo do Peso/Peso/Azinhoso/Mogadouro; -----
- Vilar Seco/Castro Vicente/Porrais/Soutelo/Mogadouro, com desdobramento com mini bus de quinze lugares a Viduedo/Sampaio/Mogadouro; -----

Reunião de 26 de junho de 2018

- Paradela/Brunhoso/Remondes/Vale da Madre/Mogadouro; -----
- Meirinhos/Castelo Branco/Zava/Mogadouro; -----
- Lagoaça/Bruçó/Vilar do Rei/Vale de Porco/Figueira/Mogadouro; -----
- Estevais/Quintas/Valverde/Mogadouro; -----
- Transporte urbano: parque de estacionamento-Quinta da Agueira (Complexo escolar). -----

----- 17. UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO PARA CRIAÇÃO DE UMA ROTUNDA (EN221) – AVENIDA DE ESPANHA – MOGADOURO. LOCAL: ENTRONCAMENTO DA EN221 (EM) COM A EN221 (JURISDIÇÃO DA IP) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente o ofício com a referência “91/GRBGC/2018”, datado de quatro de junho corrente, proveniente do gestor regional da Direção Comercial e de Negócio-Gestão Regional de Vila Real e Bragança da Infraestruturas de Portugal, Hélder Moura, registado com o número “2018,EXP,E,GE,2253”, sobre o assunto em epígrafe, no qual relatou o seguinte: -----

----- “Acusamos a receção da carta de V. Exa. acima referenciada a qual nos mereceu a melhor atenção. -----

----- Tendo essa Autarquia a intenção de receber o troço da EN 221, apenas numa extensão de 100m, propomos que a entrega seja dos 331m, que se encontram descontinuados, conforme planta anexa, quer por questões de homogeneidade do traçado, quer por continuidade da exploração da estrada. -----

----- Agradecemos que confirmem a aceitação desta proposta.” -----

----- Na sequência do ofício suprarreferenciado e do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara, foi presente a informação número oitenta e três, de catorze de junho corrente, do chefe de divisão da Unidade de Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, que referiu o seguinte: -----

----- “ASSUNTO: PROJETO PARA A CRIAÇÃO DE UMA ROTUNDA (EN 221) – AVENIDA DE ESPANHA – MOGADOURO – ENTRONCAMENTO DA EN 221 (EM) COM A EN 221 (JURISDIÇÃO DA IP) – **Resposta/Informação da IP-Infraestruturas de Portugal, S.A.** -----

1 – Esta proposta da IP (Infraestruturas de Portugal, S.A.) é feita na sequência da intenção que foi manifestada por esta autarquia àquela entidade através do n/ ofício 1033-NIPG:4488/18, de 22.05.2018. -----

----- 2 – A IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. vem novamente propor a entrega ao domínio público municipal do troço de via da E.N.221, entre o limite da Av. de Espanha e o nó do IC5, numa extensão de 331 m, conforme implantação que anexam. -----

Reunião de 26 de junho de 2018

----- **Conclusão:** -----

----- De acordo com a nossa informação n.º 632, de 10.04.2018 reiteramos a nossa opinião, de que, pressupondo a intenção da construção da rotunda uma iniciativa assente na prossecução do interesse público e pelo facto de aquele troço estar em bom estado de conservação, devidamente sinalizado e equipado, não vemos qualquer inconveniente para a autarquia em aceitar a receção do mesmo nos termos propostos.” -----

----- Após análise do assunto exposto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Infraestruturas de Portugal – Gestão Regional de Vila Real e Bragança, que se concretiza na aceitação do troço da estrada nacional número duzentos e vinte e um (EN221), na extensão de trezentos e trinta e um metros (331 m) que se encontram descontinuados no local denominado “Entroncamento da EN221 (EM) com a EN221 (jurisdição da IP)”, quer por questões de homogeneidade do traçado, quer por continuidade da exploração da estrada. -----

----- O senhor vereador, Daniel Ribeiro, fez um reparo para a ata que constasse somente na deliberação a aceitação do troço para a gestão da Autarquia e não a criação/construção de rotunda porque o conteúdo do ofício da empresa Infraestruturas de Portugal não se relaciona com parte do assunto da informação técnica suprarreferenciada. -----

----- **18. UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA COMISSÃO FABRIQUEIRA DA IGREJA DE VALVERDE PARA APOIO NA RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO EM SANTO ANDRÉ – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Na sequência da deliberação tomada na reunião ordinária de doze de junho do corrente ano, sobre o assunto em epígrafe e da informação número cento e dois, de vinte e um de junho corrente, do chefe de divisão da Unidade de Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de são Sebastião de Valverde, identificação fiscal 503730564, na importância de mil euros (€1.000,00) destinado à compra de materiais de construção para reconstrução de um edifício de apoio às atividades da igreja, localizado no sítio denominado santo André, mediante a apresentação de faturas respeitantes à despesa e à confirmação dos trabalhos realizados por parte da fiscalização da Unidade de Obras Municipais. -----



Reunião de 26 de junho de 2018

----- 19. DIVISÃO DOS SERVIÇOS INTEGRADOS DA PRESIDÊNCIA – DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR E ESPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pela senhora vereadora, Joana da Silva, datado de treze de junho do corrente ano, abaixo transcrito, sob a informação número mil seiscentos e cinco, da mesma data, da técnica superior, Maria Olímpia Marcos, da Divisão dos Serviços Integrados da Presidência, junto à qual anexou a ata de adjudicação da concessão e exploração do bar e esplanada das piscinas descobertas do Complexo Desportivo de Mogadouro ao concorrente, Nelson de Jesus Pereira, pelo valor de mil e seiscentos euros (€1.600,00), por mês: -----

----- “Dada a proximidade da abertura das piscinas municipais descobertas e com base na delegação e subdelegação de competências constantes do despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro de 2017, aprovo a ata de adjudicação do Bar e Esplanada das Piscinas Descobertas do Complexo Desportivo de Mogadouro para o ano de 2018. À DSIP para efeitos. À reunião do executivo para ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

----- 20. DIVISÃO DOS SERVIÇOS INTEGRADOS DA PRESIDÊNCIA – EMPREITADA DA ESCOLA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DE MOGADOURO – DESPACHO DE APROVAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA DE RECEÇÃO DEFINITIVA DA OBRA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho, abaixo transcrito, datado de vinte de junho corrente pelo senhor presidente da Câmara, sob a informação número mil seiscentos e setenta e nove, datado de dezoito de junho último, na qual referiu que, findo o prazo de garantia da obra, nos termos do estabelecido pelos artigos 295.º e 398.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na nova redação, para efeitos de libertação da caução anexou o auto de vistoria para receção definitiva da empreitada acima referida, assinado pelos seus intervenientes: -----

----- “Concordo com a informação da Técnica. Aprovo o auto de vistoria da receção definitiva da obra. À DSIP para efeitos. À reunião do executivo para ratificação.” -----

----- 21. DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS EQUIPAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE A RECLAMAÇÃO DO CONSUMIDOR N.º 4244 –

Reunião de 26 de junho de 2018

ARMANDO AUGUSTO LOGARINHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número mil seiscentos e noventa e seis, de dezoito de junho do corrente ano, assinada pela assistente técnica administrativa, Patrícia Isabel Ribeiro Salomé, da Divisão de Infraestruturas, Equipamento e Ambiente, sobre o assunto em epígrafe, na qual informou o seguinte: -----
----- “Recebemos nesta Divisão para análise e informação uma reclamação proveniente do consumidor n.º 4244, Armando Augusto Logarinho, com a Instalação n.º 1550, sita na rua José António Roxo, n.º 4, em Mogadouro, na qual solicita a restituição do valor correspondente ao consumo de 10 m³ de água. -----

----- Sobre o referido pedido, e de acordo com o “Histórico de consumos por consumidor”, cumpre-nos informar o seguinte: -----

1. No local encontra-se instalado o contador n.º 33778, da marca Tagus desde 2007/01/31; -----
2. No dia 03/11/2018 a Empresa “Luz da Vela” procedeu à leitura do referido contador e o mesmo marcava 1510 m³; -----
3. Nos meses seguintes, a leitura do contador foi dada pelo consumidor, tendo comunicado a estes serviços as seguintes leituras: -----

Data da leitura	Leitura	Consumo
19-12-2017	1516	6
19-01-2018	1522	6
19-02-2018	1528	6
19-03-2018	1528	0

4. No dia de abril de 2018, a empresa fez nova leitura lida, marcando o contador 1518 m³, ou seja, inferior à leitura dada pelo consumidor; -----
5. Aquando da consulta das listagens para o processamento dos recibos de água do mês de abril, verificou-se que existia um consumo de 9990 m³ (supostamente o contador teria dado a volta), pelo que se solicitou à referida empresa que fosse novamente verificada a leitura; -----
6. A nova leitura efetuada pela empresa confirmou a leitura registada no dia 04/04/2018, ou seja, os 1518 m³, conforme se pode verificar no registo fotográfico, pelo que a mesma foi validada para o processamento do recibo de água do mês de abril; -----
7. No dia 18 de maio, houve novamente uma leitura dada pelo consumidor, de 1534 m³, pelo que, no recibo do mês de maio foram faturados ao consumidor 16 m³, no montante de €24,65 (vinte e quatro euros e sessenta e cinco centimos); -----
8. Analisada a situação verificou-se que efetivamente no recibo do mês de maio foram faturados 10 m³ que já haviam faturados anteriormente (a diferença entre ao 1518 m³ e os 1528 m³); -----

Reunião de 26 de junho de 2018

9. A esses 10 m³ de água correspondem os seguintes valores: -----

ÁGUA		P. Unitário	Metros	DIAS	TOTAL	6,00% IVA
CONSUMO DOMÉSTICO						
	0-5	0,4	1,333		€0,53	€0,03
	6-15	0,68	8,667		€5,89	€0,35
	16-40	1,1	0		€0,00	€0,00
	>40	1,5	0		€0,00	€0,00
C90-TOTAL ÁGUA (m3)			10,000		€6,43	
TF9-TRH ÁGUA		0,0201	10,000		€0,20	€0,01
A-90 Tarifa Disponibilidade Doméstico		0,05		0	€0,00	0
TOTAL					€6,63	
SANEAMENTO						
	0-5	0,15	1,333		€0,20	
	6-15	0,25	8,667		€2,17	
	16-40	0,41	0,000		€0,00	
	>40	0,56	0,000		€0,00	
S90-TOTAL SANEAMENTO					€2,37	
HF9-TRH SANEAMENTO		0,0134	10,000		€0,13	€0,01
Tarifa Disponibilidade Doméstico		0,05		0	€0,00	
TOTAL					€2,50	
RESÍDUOS SÓLIDOS						
DL0-Tarifa Disponibilidade Doméstico		0,0666		0	€0,00	
L90-RESÍDUOS SÓLIDOS – DOMÉSTICOS		0,25	10,000		€250	TOTAL IVA
TOTAL					€2,50	€0,41
Valor a receber					€12,03	

10. Face à presente reclamação foi solicitado aos serviços técnicos que verificassem a leitura atual do contador. Deslocados ao local constatou-se que a leitura real do contador **(1529 m³)** é novamente inferior à dada pelo consumidor no mês anterior (1534 m³).” -----

----- O chefe de Divisão de Infraestruturas, Equipamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, emitiu, em dezoito de junho de dois mil e dezoito, o seguinte parecer técnico: -----

----- “Face à informação e embora estranhando as medições adiantadas dadas pelo munícipe, concordamos com a informação e dever-se-á deferir o pedido da devolução do valor encontrado (€12,03). Ao vereador com competências delegadas para efeitos.” -----

----- Atendendo à informação e parecer técnico supratranscritos, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente devolvendo-lhe o valor de doze euros e três centimos (€12,03) correspondente ao consumo de dez metros cúbicos de água. -----

----- 22. PEDIDO DE ANA MARGARIDA LOPES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Ana Margarida Lopes, datado de trinta de janeiro de dois mil e dezoito, com moradora na rua Luís de Camões, número treze, na vila de Mogadouro, registado com o número “2018,EXP,E,GE.534”,

Reunião de 26 de junho de 2018

em que solicitou apoio financeiro à criação de um posto de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de cinco de fevereiro do corrente ano, foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de treze de junho de dois mil e dezoito que refere o seguinte: -----

----- “ANA MARGARIDA LOPES, contribuinte n.º 223994049, NISS: 12030396748, com estabelecimento comercial na av. do Sabor n.º 73, LT-4 R/C 5200-204 Mogadouro, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação do próprio emprego. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que o requerente se coletou em 1-11- 2017, como empresária em nome individual, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 47711 COMÉRCIO A RETALHO DE VESTUÁRIO P/ ADULTOS, como atividade principal, CAE: 47721 COM. RET. CALÇADO ESTAB. ESPC., e CAE: 47722 COM. RET. MARROQUINARIA E ARTIGOS DE VIAGEM, como atividades secundárias. Apresenta também declaração de enquadramento na Seg. Social como independente, assim como declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter o posto de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- Juntou contrato de arrendamento das instalações. -----

----- Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 4.640,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo “PROTOCOLO”. -----

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, apresentou o assunto e disse que estava em condições de ser aprovado. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, perguntou se na sequência do deliberado na reunião de vinte e dois de maio último, a chefe de Divisão dos Serviços Integrados da Presidência, já emitiu parecer sobre o enquadramento jurídico da competência do Chefe de Gabinete do Presidente na análise e informação deste género de pedidos, pois que, disse, na organização dos serviços não consta esta delegação de competências no chefe de gabinete do presidente da Câmara, nem no que está em vigor nem na reorganização, recentemente aprovada, lembrando que o assunto envolve responsabilidade financeira para quem decide o apoio. -----

----- Acrescentou ainda que, enquanto não tiver a certeza que o chefe de gabinete do presidente da Câmara pode informar estes pedidos de apoio não

Reunião de 26 de junho de 2018

os votará favoravelmente, solicitando que todos os pedidos de indeferimento desde o início deste mandato sejam reanalisados, tendo por base o regulamento municipal aplicável. -----

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, disse que irá ver o assunto junto do gabinete jurídico da Divisão dos Serviços Integrados da Presidência.

----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por maioria (com três votos a favor do senhor vice-presidente, Evaristo Neves e das senhoras vereadoras, Joana da Silva e Virgínia Vieira e três abstenções dos senhores vereadores, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado), apoiar esta empresa na criação de um posto de trabalho, o da própria, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil, seiscentos e quarenta euros (€4.640,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 23. PEDIDO DE FERNANDES & CARDOSO, SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA, LDA. PARA CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um requerimento assinado por, Diana Isabel Ramos Fernandes e Carlos Miguel Rodrigues Cardoso, sócios da empresa Fernandes & Cardoso, Sociedade Agropecuária, Lda., datado de sete de setembro de dois mil e dezassete, com sede no largo da igreja, na freguesia de São Martinho do Peso deste concelho, registado com o número “2018,EXP,E,GE,5365”, em que solicitou apoio financeiro à criação de dois postos de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de treze de junho de dois mil e dezoito que refere o seguinte:

Reunião de 26 de junho de 2018

----- “FERNANDES & CARDOSO, SOCIEDADE AGROPECUÁRIA, LDA., contribuinte n.º 514397845, com o NISS: 25143978450, com sede na freguesia de São Martinho do Peso, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação de dois postos de trabalho. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que a requerente iniciou a atividade em 3-05-2017, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 01450 CRIAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS, como atividade principal e CAES: 01610, 01251 e 01261, como atividades secundárias. -----

----- Requer apoio pela criação de dois (2) postos de trabalho, dos sócios-gerentes, Diana Isabel Ramos Fernandes, com o NIF: 262247739 e Carlos Miguel Rodrigues Cardoso, com o NIF: 237715317, para o efeito apresenta a declaração de remunerações de abril de 2018 entregues na Segurança Social, onde consta somente um dos gerentes, Diana Isabel Ramos Fernandes, pelo que se verifica a criação de um posto de trabalho e não dois. -----

----- Apresenta também declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter os postos de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- Está em condições de ser aprovado o apoio para um posto de trabalho nos termos do Regulamento, no valor de 4.640,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo “PROTOCOLO”. -----

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, apresentou o assunto e disse que estava em condições de ser aprovado. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, perguntou se na sequência do deliberado na reunião de vinte e dois de maio último, a chefe de Divisão dos Serviços Integrados da Presidência, já emitiu parecer sobre o enquadramento jurídico da competência do Chefe de Gabinete do Presidente na análise e informação deste género de pedidos, pois que, disse, na organização dos serviços não consta esta delegação de competências no chefe de gabinete do presidente da Câmara, nem no que está em vigor nem na reorganização, recentemente aprovada, lembrando que o assunto envolve responsabilidade financeira para quem decide o apoio. -----

----- Acrescentou ainda que, enquanto não tiver a certeza que o chefe de gabinete do presidente da Câmara pode informar estes pedidos de apoio não os votará favoravelmente, solicitando ainda que todos os pedidos de indeferimento desde o início deste mandato sejam reanalisados, tendo por base o regulamento municipal aplicável. -----

**Reunião de 26 de junho de 2018**

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, disse que irá ver o assunto junto do gabinete jurídico da Divisão dos Serviços Integrados da Presidência.

----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por maioria (com três votos a favor do senhor vice-presidente, Evaristo Neves e das senhoras vereadoras, Joana da Silva e Virgínia Vieira e três abstenções dos senhores vereadores, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado), apoiar esta empresa na criação de um posto de trabalho, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil, seiscentos e quarenta euros (€4.640,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 24. PEDIDO DE LUÍS PEDRO PEREIRA LOPES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Luís Pedro Pereira Lopes, datado de sete de fevereiro de dois mil e dezoito, com morada na rua Francisco António Vicente, número dez, na vila de Mogadouro, registado com o número "2018,EXP,E,GE,724", em que solicitou apoio financeiro à criação de um posto de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de oito de fevereiro de dois mil e dezoito foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de dezasseis de maio de dois mil e dezoito que refere o seguinte: -----

----- "LUÍS PEDRO PEREIRA LOPES, contribuinte n.º 2263781143, NISS: 11922126603, com estabelecimento comercial na rua Francisco António Vicente, n.º 10, 5200-271 Mogadouro, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação do próprio emprego. -----

Reunião de 26 de junho de 2018

----- Analisada a documentação, verifica-se que a requerente se coletou em 5-01 2018, como empresário em nome individual, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 56101 RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL, como atividade principal e CAE: 56301 CAFÉS, como atividade secundária, apresenta também declaração de enquadramento na Seg. Social como independente, estando isento de contribuições até 31-12-2018, conforme artigo 145.º do Código de Regime Contributivo da Seg. Social. -----

----- Apresenta declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter o posto de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- Apresenta contrato de arrendamento das instalações pelo prazo de cinco (5) anos. -----

----- Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 4.640,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo "PROTOCOLO". -----

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, apresentou o assunto e disse que estava em condições de ser aprovado. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, perguntou se na sequência do deliberado na reunião de vinte e dois de maio último, a chefe de Divisão dos Serviços Integrados da Presidência, já emitiu parecer sobre o enquadramento jurídico da competência do Chefe de Gabinete do Presidente na análise e informação deste género de pedidos, pois que, disse, na organização dos serviços não consta esta delegação de competências no chefe de gabinete do presidente da Câmara, nem no que está em vigor nem na reorganização, recentemente aprovada, lembrando que o assunto envolve responsabilidade financeira para quem decide o apoio. -----

----- Acrescentou ainda que, enquanto não tiver a certeza que o chefe de gabinete do presidente da Câmara pode informar estes pedidos de apoio não os votará favoravelmente, solicitando ainda que todos os pedidos de indeferimento desde o início deste mandato sejam reanalisados, tendo por base o regulamento municipal aplicável. -----

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, disse que irá ver o assunto junto do gabinete jurídico da Divisão dos Serviços Integrados da Presidência. -----

----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze,

Reunião de 26 de junho de 2018

com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por maioria (com três votos a favor do senhor vice-presidente, Evaristo Neves e das senhoras vereadoras, Joana da Silva e Virgínia Vieira e três abstenções dos senhores vereadores, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado), apoiar esta empresa na criação de um posto de trabalho, o do próprio, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil, seiscentos e quarenta euros (€4.640,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 25. PEDIDO DE ELISÂNGELA FERREIRA GONÇALVES PARA APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Elisângela Ferreira Gonçalves, datado de cinco de janeiro de dois mil e dezoito, com morada na rua da malhada, sem número, na freguesia de Peredo da Bemposta deste concelho, registado com o número “2018,EXP,E,GE,47”, em que solicitou apoio financeiro à criação de um posto de trabalho, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara de oito de janeiro de dois mil e dezoito foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de dezasseis de maio de dois mil e dezoito que refere o seguinte: -----

----- “ELISÂNGELA FERREIRA GONÇALVES, contribuinte n.º 215011422, NISS: 11062609286, com morada na freguesia de Peredo da Bemposta, 5200-235 Mogadouro, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação do próprio emprego. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que o requerente se coletou em 10-11-2017, como TRABALHADOR INDEPENDENTE, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na autoridade Tributária, com o código da tabela do CIRS: 2013 MÚSICOS, apresenta também declaração de enquadramento na Seg. Social como independente, assim como declaração

Reunião de 26 de junho de 2018

de compromisso de honra em que se compromete a manter o posto de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- A requerente solicita o apoio para poder produzir e editar um disco musical e respetiva divulgação do mesmo. -----

----- Salvo melhor opinião, entendo que a presente solicitação não se enquadra no espírito do Regulamento de Apoio, pelo que o Executivo melhor decidirá.” -----

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, apresentou o assunto e disse que não estava em condições de ser aprovado, tendo por base a informação supratranscrita. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, perguntou se, na sequência do deliberado na reunião de vinte e dois de maio último, a chefe de Divisão dos Serviços Integrados da Presidência, já emitiu parecer sobre o enquadramento jurídico da competência do Chefe de Gabinete do Presidente na análise e informação deste género de pedidos, pois que, disse, na organização dos serviços não consta esta delegação de competências no chefe de gabinete do presidente da Câmara, nem no que está em vigor nem na reorganização, recentemente aprovada, lembrando que o assunto envolve responsabilidade financeira para quem decide o apoio. -----

----- Acrescentou ainda que, enquanto não tiver a certeza que o chefe de gabinete do presidente da Câmara pode informar estes pedidos de apoio não os votará favoravelmente, solicitando ainda que todos os pedidos de indeferimento desde o início deste mandato sejam reanalisados, tendo por base o regulamento municipal aplicável. -----

----- Analisada a informação supratranscrita, mas, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por maioria, (com três votos a favor do senhor vice-presidente, Evaristo Neves e das senhoras vereadoras, Joana da Silva e Virgínia Vieira e três abstenções dos senhores vereadores, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado), apoiar esta empresa na criação de um posto de trabalho, o da própria, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

**Reunião de 26 de junho de 2018**

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil, seiscentos e quarenta euros (€4.640,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 26. PEDIDO DE COLABORAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PERDIGUEIRO PORTUGUÊS-APP – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um pedido do vice-presidente da Associação do Perdigueiro Português-APP, Martinho Barrias Gonçalves, com sede na rua de Santo António, número quarenta e um, na localidade de Grainho, na cidade de Santarém, datado de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, registado com o número “2018, EXP,E,GE,2340”, em solicitou apoio do Município para a realização do XII Encontro Norte do Perdigueiro Português, a realizar na vila de Mogadouro nos dias trinta de junho e um de julho próximos (sábado e domingo). -----

----- O apoio solicitado baseava-se no seguinte: -----

- Seis (6) quartos duplos na Residência de Estudantes em Mogadouro – com entrada no dia vinte e nove de junho (sexta-feira de tarde) e saída no dia um de julho (domingo); -----

- Quinze (15) baias (aproximadamente) para delimitar o espaço da exposição de morfologia (esta atividade será realizada numa praça do centro de Mogadouro, entre as dezasseis e as dezassete horas de sábado); -----

- Subsídio de mil euros (€1.000,00) para jantar de confraternização num restaurante de Mogadouro (a seleccionar) para cerca de oitenta pessoas; -----

- Dez (10) troféus para os vencedores das várias provas que poderão ser alusivos à cultura e/ou economia do concelho de Mogadouro, referenciando a data, local e XII Encontro Norte APP. -----

----- Mais convidaram o executivo a estar presente nas atividades, almoço de sábado e domingo e jantar de sábado. -----

----- Sobre o assunto, interveio o senhor vereador Manuel Cordeiro para expressar a sua opinião quanto ao pedido apresentado, referindo que não lhe pareceu correto pedir apoio para as refeições e a seguir convidar os membros do executivo que vão votar o assunto para estarem presentes. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, disse que achava o assunto muito mal explicado não concordando também com a forma de pedir apoio para as refeições e depois convidar os elementos do executivo que iam decidir sobre o assunto, considerando que o apoio para concessão de refeições deverá ser concedido somente às associações do concelho. -----

Reunião de 26 de junho de 2018

----- O senhor vice-presidente, Evaristo Neves, disse em resposta que o apoio a conceder se destinará às atividades que aquela associação irá desenvolver ao longo dos dois dias em Mogadouro e que será uma iniciativa que trará muita gente à nossa vila naquele fim de semana, considerando tal evento excelente para o turismo e comércio local. -----

----- Mais disse que serão concedidos todos os apoios, à exceção dos troféus, por ser muito em cima do acontecimento e não dar tempo para ordenar a sua execução. -----

----- Colocado a votação, o Executivo deliberou, por maioria (com três votos a favor do senhor vice-presidente, Evaristo Neves e das senhoras vereadoras, Joana da Silva e Virgínia Vieira e três votos contra dos senhores vereadores, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado e o voto de qualidade do vice-presidente, usado conforme dispõe o n.º 1 do artigo 33.º do Código do Procedimento Administrativo) e, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apoiar as atividades de natureza recreativa que aquela associação pretende realizar em Mogadouro, concedendo-lhe um subsídio no valor de mil euros (€1.000,00). -----

----- O senhor vereador, Daniel Ribeiro, ditou para a ata, em seu nome e dos seus colegas que votaram contra esta deliberação a seguinte declaração de voto: -----

----- “Tendo por base o pedido endereçado à Câmara Municipal de Mogadouro pelo senhor vice-presidente da Associação do Perdigueiro Português-APP e, considerando: -----

- Que é pedido um subsídio de mil euros para o jantar de confraternização, -----

----- É nosso entendimento que não é do interesse dos munícipes pagar jantares de confraternização a associações que não são do município e que é nosso entender nenhum benefício trazem para o concelho de Mogadouro.

----- Outra posição se adotaria, caso o pedido de apoio não fosse para subsidiar jantares.” -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia doze e vinte e cinco de junho do ano de dois mil e dezoito na importância de setecentos e treze mil, oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta e nove cêntimos (€713.892,59). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo

Reunião de 26 de junho de 2018

57.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor vice-presidente encerrado a reunião pelas onze horas, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *Maria da Conceição C.A. Teixeira* Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica, redigi e subscrevi: -----

Luís António Nave



